

PARECER LEGISLATIVO N	° /2025
-----------------------	---------

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, EM DECISÃO TERMINATIVA, O PROJETO DE LEI Nº 061/2025-PMS, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SANTANA - CMDPD.

I - DO RELATÓRIO

Versa o presente parecer legislativo sobre o Projeto de Lei nº 061/2025 - PMS, de autoria do Poder Executivo, que QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SANTANA - CMDPD.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição e Justiça e Redação, para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico nos termos do art. 134, § 1º do Regimento Interno desta Casa Legislativa acompanhada com justificativa.

Dessa forma, compete a esta relatora, em atendimento ao inciso I do § 1° do art. 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete especificamente à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, aspectos constitucional, legal, jurídico, da técnica legislativa e de conformidade à Lei Orgânica das matérias sujeitas à apreciação da Câmara ou de suas Comissões, vedada a tramitação da matéria sem seu parecer, salvo os casos previstos neste Regimento.

É o breve relatório.

II - VOTO DA RELATORA

ITHIARA GUEDES DAS VIRGENS MADUREIRA:01994586508

Assinado de forma digital por ITHIARA GUEDES DAS VIRGENS MADUREIRA:01994586508 Dados: 2025.09.30 09:28:10 -03'00'



o Projeto de Lei nº 061/2025 – PMS, encontra amparo regimental para sua apreciação pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Para que seja feita uma análise completa acerca da proposta encaminhada pelo Poder Executivo preliminarmente é importante fundamentar alguns aspectos legais acerca da competência do poder legislativo municipal.

Inicialmente cumpre mencionar o artigo 18 da Constituição da República Federativa do Brasil, que inicialmente estabelece o tema, determinando a organização do Estado, prevê que "A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomo, nos termos da desta Constituição". O termo "autonomia política", sob o ponto de vista jurídico, congrega um conjunto de capacidades conferidas aos entes federados para instituir a sua organização, legislação, administração e governo próprio.

A medida pretendida pelo Projeto de Lei nº 061/2025 – PMS, insere-se efetivamente na definição de legislar sobre assuntos de interesse local, sem qualquer violação ao conteúdo material ou iniciativa.

Assim, já sabemos que a propositura guarda amparo legal, porém não se esgotam os fundamentos capazes de subsidiar o Projeto apenas mencionado acima. Assim como o que discorre sobre o art. 48, I da Lei Orgânica do Município de Santana que trata também da competência do Prefeito.

Desta forma, torna-se legal a propositura feita pelo Poder Executivo, tendo em vista que guarda amparo jurídico na Constituição da República Federativa do Brasil. Após a análise desta comissão, conclui-se quanto a matéria analisada, que não existe qualquer violação do conteúdo material do ordenamento jurídico brasileiro.

Por todo o exposto, o parecer desta relatora pugna pela APROVAÇÃO deste Projeto de Lei nº 061/2025 – PMS de autoria do Poder Executivo, todavia, faz-se necessária análise quanto aos aspectos financeiros e orçamentários mais detalhado pelo qual opina pelo encaminhamento dos autos à Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Fiscalização Financeira e Controle para apreciação.

É o parecer.



Por fim, cabe ressaltar que se trata de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico opinativo.

III - VOTOS DA COMISSÃO

VOTOS PELA APROVAÇÃO

VEREADOR JOSINE

ITHIARA GUEDES DAS **VIRGENS**

Assinado de forma digital por ITHIARA

GUEDES DAS VIRGENS

MEDERALITHIARA MADUR MARIE SOLIDIAR FEBRADE Dados: 2025.09.30 09:30:48 -03'00'

RELATORA

VEREADOR DOMINGOS FARIAS GOMES JUNIOR - PL MEMBRO

VOTOS PELA REJEIÇÃO

VEREADOR JOSINEY ALVES. - PDT PRESIDENTE

VEREADOR ITHIARA MADUREIRA - SOLIDARIEDADE RELATORA

VEREADOR DOMINGOS FARIAS GOMES JUNIOR - PL MEMBRO



IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE, CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, em reunião OPINA PELA Aprovação do Projeto de Lei nº 061/2025 -PMS, quanto à viabilidade técnica do Projeto de Lei em análise.

Santana-AP, 27 de setembro de 2025.